ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LAGUNA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 33/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026 PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO – 1DOC: 1560/2026

MENOR PREÇO POR ITEM

A Prefeitura Municipal de Laguna, representada pelo Sr. Peterson Crippa da Silva, Prefeito municipal, residente e domiciliado neste Município, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, através de Registro de Preços para futura e eventual contratação de serviço especializado de equoterapia destinado ao atendimento terapêutico de pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras condições clínicas que demandem acompanhamento multiprofissional, conforme especificações técnicas e condições estabelecidas no Termo de Referência.

O presente certame licitatório reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/21, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 7.423 de 31 de janeiro de 2025 e alterações posteriores e demais legislações pertinentes e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital e seus anexos.

DATA E HORÁRIO LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO	**23:59h do dia 03/06/2026**
FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	**13:45h do dia 09/06/2026**
INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA	**14h do dia 09/06/2026**

Referência de tempo: horário de Brasília

Local da reunião: A sessão pública dar-se-á por meio de Sistema Eletrônico no Portal de Licitações no endereço http://comprasbr.com.br, conforme datas e horários acima.

É da responsabilidade do licitante acompanhar o processo no portal Compras BR, durante todas as suas fases, incluindo avisos, desclassificações de empresas, propostas, lances, negociações, recursos, contrarrazões de recursos e demais atos que serão comunicados exclusivamente no chat do referido portal de compras enquanto perdurar o certame.

01 DO OBJETO

O presente Edital tem como objeto Registro de Preços para futura e eventual contratação de serviço especializado de equoterapia destinado ao atendimento terapêutico de pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras condições clínicas que demandem acompanhamento multiprofissional, conforme especificações técnicas e condições estabelecidas no Termo de Referência**,** quantidades e exigências estabelecidas na tabela, item 1.2 deste instrumento.

1.1 Integram este edital, os seguintes anexos:

I. Termo de referência;
II. Declarações;
III. Minuta de Contrato.

1.2 Especificação e quantidade do item/lote:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Prestação de serviço especializado de equoterapia, destinado ao atendimento terapêutico individualizado de pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, Transtorno do Espectro Autista(TEA) e outras condições clínicas, com sessões com duração média de 40 minutos.	Sessão	4.313	R$ 173,88	R$ 749.944,44

Obs: O valor unitário da proposta não poderá ser superior ao valor unitário de referência.

1.2.1 A descrição do item/lote e dos serviços estão estabelecidos no Anexo I – Termo de referências, quais devem ser integralmente respeitados para o devido comprimento do objeto desse edital.

02 DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação justifica-se pela necessidade de assegurar a continuidade da política pública municipal de saúde voltada ao atendimento terapêutico por equoterapia a pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, TEA e outras condições clínicas. O Estudo Técnico Preliminar identificou risco de descontinuidade do serviço atualmente prestado em razão do encerramento contratual vigente, circunstância que pode comprometer a evolução clínica dos pacientes e gerar desassistência.
O ETP demonstrou ainda:

● inexistência de estrutura própria suficiente;
● ausência de equipe multiprofissional especializada;
● inviabilidade operacional de execução direta;
● necessidade de continuidade do atendimento terapêutico.

A solução escolhida apresenta melhor relação custo-benefício global, evitando investimentos elevados em estrutura própria e assegurando continuidade do atendimento com equipe especializada, infraestrutura adequada e capacidade operacional compatível com a demanda. Parte dos recursos financeiros decorre de emenda parlamentar vinculada àecretaria Municipal de Educação, cabendo à Secretaria Municipal de Saúde a gestão técnica da execução.

03 DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

3.1 O valor total global estimado para a execução do objeto resulta no montante máximo de **R$ 749.944,44 (Setecentos e quarenta e nove mil novecentos e quarenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos)**.

3.2 O valor total estimado para a prestação de serviços deve estar compatível com os preços praticados no mercado, sendo que o pagamento pelos serviços ocorrerá como consta na minuta do Contrato.

04 DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos provenientes de emenda parlamentar consignada ao orçamento da Secretaria Municipal de Educação, e de convênio estadual consignado ao orçamento da Secretaria Municipal de Saúde, as quais atuarão como unidades gestoras dos recursos, observada a classificação funcional programática compatível com a execução de ações voltadas ao atendimento de pessoas com deficiência, em articulação com a política pública de saúde executada pela Secretaria Municipal de Saúde.

05 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 O pagamento do objeto será em moeda corrente nacional, através de Ordem Bancária, até **30 (trinta) dias** após o recebimento do documento de cobrança devidamente atestado pelo representante da Administração e será depositado na conta corrente da Contratada, junto à agência bancária indicada por ela.

5.2 Para fins de pagamento, o documento de cobrança deverá ser emitido obrigatoriamente com as mesmas informações, inclusive CNPJ e/ou CPF, constantes na proposta de preços e no contrato, não se admitindo documento de cobrança emitido com dados divergentes.

5.3 Antes de qualquer pagamento será verificado se o licitante mantém as condições de habilitação contantes no item **11** e subitens.

5.3.1 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação das condições de habilitação.

5.3.2 Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

5.4 Caso os dados constantes no documento de cobrança encontrem-se incorretos, a Contratante informará à Contratada, que emitirá novo documento de cobrança, sanadas as incorreções, com a concessão de novo prazo para pagamento.

5.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa como, por exemplo, obrigação financeira pendente decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas

saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus à Contratante.

5.6 O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho dos serviços fornecidos, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas.

5.7 O setor competente para proceder ao pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) Prazo de validade;
b) Data de emissão;
c) Os dados do Contrato e do órgão contratante;
d) O período de prestação dos serviços;
e) O valor a pagar;
f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

06 REAJUSTE E VIGÊNCIA

6.1 Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.2 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

07 REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

7.1 O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, designados por Decreto Municipal que reunir-se-ão no dia e hora designados neste Edital, no Setor de Licitações, situado na Av. Colombo Machado Salles, 145 – Centro – Laguna-SC para realizar licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

I) conduzir a sessão pública;

II) receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

III) verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

IV) coordenar a sessão pública e o envio de lances, quando for o caso; V - verificar e julgar as condições de habilitação;

V) sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

VI) receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

VII) indicar o vencedor do certame;

VIII) negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado;

IX) negociar condições mais vantajosas com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração;

X) adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

XI) conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

XII) encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

08 DO CREDENCIAMENTO

8.1 Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

8.2 Como condição específica para participação do pregão por meio eletrônico é necessário, previamente, o credenciamento de usuário pelos licitantes, que será realizado através do site www.comprasbr.com.br onde estarão dispostas as informações sobre cadastro a ser realizado pelo www.comprasbr.com.br ou telefone (67) 3303-2730.

8.3 É permitida a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas e deverá observar o disposto no art. 15, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, observadas as seguintes normas:

I) Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II) Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

III) Admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado, caso exigido;

IV) Impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

V) Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do Contrato;

VI) O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do Contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no item I acima, no prazo de até **30 (trinta) dias**, após a homologação;

VII) A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo Órgão Gerenciador e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio neste processo licitatório que originou o contrato, quando exigido;

VIII) Fica estabelecido, para a habilitação econômico-financeira do consórcio, acréscimo de 10% sobre o valor exigido de licitante individual, em conformidade com o disposto no art. 15, §§ 1º e 2º da Lei Federal n. 14.133/2021.

8.4 O representante poderá ser substituído por outro devidamente credenciado.

8.5 Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

8.6 Não poderá participar da licitação a empresa que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que esteja cumprindo período de suspensão no âmbito da administração municipal.

8.7 O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas ao sistema de Pregão Eletrônico, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

8.8 O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos, sem prejuízo de demais solicitados pelo sistema:

I) Instrumento particular de mandato outorgando à corretora associada, por

meio de seu operador devidamente credenciado junto ao sistema, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela plataforma de licitações COMPRAS BR;

II) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela Compras BR; e

III) Especificações do objeto da licitação em conformidade com edital, constando preço, marca e modelo (se for o caso) e em caso de itens específicos mediante solicitação do pregoeiro no ícone ARQ, inserção de catálogos do fabricante. "A empresa participante do certame não deve ser identificada".

8.9 Não poderão participar desta licitação empresas que se enquadrem nas vedações e impedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133, de 2021, especialmente art. 9º e 14.

8.10 A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

09 DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES COMPRAS BR

9.1 As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada ao sistema de Concorrência Eletrônica, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.comprasbr.com.br.

9.2 A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas ao sistema Compras BR, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

9.3 O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

9.4 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer certame eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Plataforma Compras BR.

9.5 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Plataforma Compras BR a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros

9.6 O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao Sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes à concorrência eletrônica.

10 DA PARTICIPAÇÃO

10.1 A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecido.

10.2 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública de pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens

emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

10.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

10.4 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que atendam aos requisitos de habilitação exigidos neste edital

10.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

10.6 Não poderão participar desta licitação os interessados:

10.6.1 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

10.6.2 Que não atendam às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);

10.6.3 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

10.6.4 Que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 14, Lei Federal nº 14.133, de 2021;

10.6.5 Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação.

10.7 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: (67) 33032730, ou através do site www.comprasbr.com.be ou pelo e-mail cadastro@comprasbr.com.br.

10.8 É vedado ao agente político e ao servidor público de qualquer categoria, natureza ou condição, celebrar contratos com a Administração direta ou indireta, por si ou como representante de terceiro, sob pena de nulidade, ressalvadas as exceções legais, conforme o art. 125 da Lei Estadual nº. 9.433/05.

11 DA FASE DE HABILITAÇÃO

11.1 Verificar-se-á, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação (regularidade fiscal e trabalhista) do proponente, o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

I. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br);

II. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

11.2 Para fins de habilitação deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos, encaminhando os documentos via Plataforma Eletrônica:

11.3 **As documentações de habilitação, deverão se juntados, preferenciamente, com os documentos de propostas exigidos no edital**. Caso a empresa vencedora não tenha realizada a juntada dos documentos de habilitação concomitantemente com a proposta, será aberto prazo para que seja a mesma seja realizado em até 01(uma) hora.

a) Caso a juntada não seja realizada e a empresa não demonstre necessidade de prorrogação deste prazo, a mesma será automaticamente inabilitada.

11.3.1 Relativos à Habilitação Jurídica

I. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

II Registro comercial, no caso de empresa individual;

III. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, suas alterações ou consolidação, devidamente registrado em Cartório ou Junta Comercial, em se tratando de sociedades civis e/ou comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

IV. Certificado de Condição de Empreendedor Individual; ou

V. Se Microempreendedor Individual (MEI);

VI. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

VII. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país;

VIII. Declarações constantes no Anexo II deste Edital.

11.3.2 Relativos à Regularidade Fiscal:

I. Certidão Negativa Unificada de débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, na forma da Lei (abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" até "d" do parágrafo único do artigo 11 da Lei n. 8.212, de 24 de Julho de 1991);

II. Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;

III. Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;

IV. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal;

V. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa;

VI. Na assinatura do Contrato, caso o licitante vencedor seja de outra Unidade da Federação, a Administração *poderá* exigir a apresentação de prova de regularidade para com a Fazenda do Estado de Santa Catarina.

VII. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. VIII. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

IX. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

11.3.3 Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

I. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

11.3.4. <u>Relativos à Habilitação Técnica:</u>

11.3.4.1 Comprovar que possui natureza jurídica compatível com a prestação de serviços terapêuticos e de saúde, conforme previsto na Lei 13.830/2019, que reconhece a equoterapia como método terapêutico e exige estrutura multiprofissional.

No momento da assinatura do contrato:
Com base no art. 67 da Lei 14.133/2021, na Lei 13.830/2019 e Lei 18.664/2023.
a) Apresentar CNES da empresa com os profissionais de equipe de atendimento (psicólogo, fisioterapeuta e profissional de equitação), e/ou comprovação de que o(s) profissional(is) pertence(em) ao quadro funcional da empresa, devendo ser feita, com a apresentação do registro na Carteira de Profissional, Ficha de Empregado ou Contrato de Trabalho;
b) Apresentar sistema de prontuário utilizado, e assinar termo de responsabilidade quanto a obrigatoriedade de uso de prontuário do paciente para comprovação de registro periódico, sistemático e individualizado das informações do paciente;
c) Apresentar Alvará Sanitário, em conformidade com as normas da ABNT ou municipais;
d) Apresentar Laudo Veterinário de aptidão física (vacinas e exames de Mormo/AIE em dia) e Relatório de Treinamento Comportamental (assinado por um equitador qualificado), confirmando a docilidade, ausência de reações de susto e andaduras adequadas;
e) Apresentar laudo técnico emitido por Médico Veterinário, devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Santa Catarina (CRMV-SC), atestado condições de higiene das instalações, sanidade dos animais, e atendimento das normas específicas previstas em regulamento;
f) Apresentar registro de responsabilidade técnica, o qual deve ter um profissional fisioterapeuta como responsável técnico pelas terapias aplicadas.
g) Todos os profissionais que atuarem nos Centros de Equoterapia devem possuir registro nos Conselhos Regionais das respectivas categorias e estar em dia com suas obrigações legais, exceto o profissional de equitação – Apresentar registro profissional e regularidade financeira perante o conselho de classe equivalente;
h) Todos os profissionais de saúde, da equipe de atendimento, devem estar cadastrados no CNES da empresa – apresentar CNES da empresa constando os profissionais;
i) relação nominal da equipe multiprofissional acompanhada dos respectivos registros profissionais e comprovação de vínculo.

12 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

12.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

12.2 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

12.3 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

12.4 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

12.5 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

12.6 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

12.7 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
12.7.1 Valor;
12.7.2 Marca (sugerimos pôr no campo marca a palavra "própria"), quando for o caso;
12.7.3 O proponente deverá elaborar a sua proposta de preços de acordo com as exigências deste edital e de seus anexos, expressando os valores em moeda nacional – reais e centavos, em três casas decimais, ficando esclarecido que não serão admitidas propostas alternativas.
12.8 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
12.9 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
12.10 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
12.11 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias**,** a contar da data de sua apresentação.
12.12 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos.
12.13 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do Contrato.

12.14 É vedada a identificação dos proponentes licitantes no sistema, nas fichas técnicas ou documentos, antes do término da fase competitiva do pregão.

13 PROCESSAMENTO DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

13.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
13.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Edital e seus anexos.
13.3 **Será desclassificada a proposta que identifique o licitante**.
13.4 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
13.5 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
13.6 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
13.7 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
13.8 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no contrato.
13.8.1 O Critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

13.9 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e/ou intermediários, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
13.10 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
13.11 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será de R$ 0,01 (um centavo de real).
13.12 ***Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações***.
13.13 ***A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública***.
13.14 ***A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários***.
13.15 ***Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente***.
13.16 ***Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço***.
13.17 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
13.18 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de
lances).
13.18.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da 14.133, de 2021;
13.18.2 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas;
13.18.3 Entende-se por empate as situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;
13.18.4 O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta válida não houver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

13.19 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
13.20 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa**.**
13.21 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das

demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

13.22 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

13.23 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

13.24 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

13.25 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

13.26 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

13.27 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

13.28 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

13.29 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos para a habilitação, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

13.30 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

13.31 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02(duas) horas, envie a proposta detalhada adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

13.32 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

14 DA FASE DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

14.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital, observado o disposto no Capítulo X do decreto.

14.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

14.3 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem

amateriais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

14.4 Qualquer interessado, bem como a administração, poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

14.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de
antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

14.6 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

14.7 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

14.7.1 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

14.7.2 Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 02 (dois) dias úteis contados da solicitação.

14.8 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

14.9 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

14.10 Nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente,
poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

14.11 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

14.12 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

15 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

15.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores
à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo

com a fase do procedimento licitatório.

16 DOS RECURSOS

16.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de quinze minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
16.1.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
16.1.2 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema ComprasBR ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo Sistema ComprasBR, em outros três dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
16.1.3 Os recursos e impugnações deverão ser formulados em documento timbrado da empresa e enviado no sistema sistema ComprasBR.
16.1.4 Somente aos terceiros interessados não cadastrados no Sistema ComprasBR será permitido o envio de impugnação através do e-mail licitacao@laguna.sc.gov.br ou protocolado no prédio da prefeitura Municipal de Laguna.
16.2 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
16.3 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

17 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

17.1 A proposta final, detalhada, do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
17.1.1 Ser redigida em língua portuguesa, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;
17.1.2 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
17.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do Contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
17.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
17.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor total em algarismos e por extenso.
17.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço total, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
17.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
17.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça

vínculo à proposta de outro licitante.

17.6 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

18 DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

18.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

I. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

II. Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

III. Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

IV. Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

18.2 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

18.3 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

18.4 Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

18.5 A homologação do resultado deste pregão compete ao Prefeito do Município de Laguna, Santa Catarina.

18.6 Depois de homologado o resultado deste processo licitatório, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, assinar o instrumento contratual ou confirmar o recebimento da nota de empenho.

18.7 O licitante convocado poderá pedir a prorrogação do prazo, por igual período, para assinatura do Contrato, desde que formulada no curso do prazo inicial e alegado justo motivo, condicionado o atendimento do requerido, à aceitação dos motivos pela CONTRATANTE.

19 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

19.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

19.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

20 DA ASSINATURA DO CONTRATO

20.1 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de **05 (Cinco)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata, cujo prazo de validade encontrar-se-á nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

20.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Contrato, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de **05 (Cinco)** dias, a contar da data de seu recebimento.

20.2.1 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

21 DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES

21.1 da **CONTRATADA**:

21.1.1 Executar os serviços de equoterapia em conformidade com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, garantindo padrão adequado de qualidade terapêutica, segurança dos usuários e observância das boas práticas aplicáveis à atividade;

21.1.2 Disponibilizar equipe técnica qualificada compatível com a natureza do serviço, incluindo profissionais habilitados e com formação adequada à prática de equoterapia, mantendo durante toda a execução contratual as condições técnicas apresentadas na habilitação;

21.1.3 Disponibilizar animais treinados e aptos à prática terapêutica, assegurando condições adequadas de manejo, cuidado, saúde e bem-estar, observando normas técnicas e sanitárias aplicáveis;

21.1.4 Disponibilizar estrutura física adequada à realização das sessões terapêuticas, garantindo condições de acessibilidade, segurança, higiene e organização compatíveis com a natureza do atendimento;

21.1.5 Executar os atendimentos conforme encaminhamentos realizados pela rede municipal de saúde, observando os critérios técnicos estabelecidos pela equipe multiprofissional responsável pelo acompanhamento dos usuários;

21.1.6 Cumprir os quantitativos e prazos estabelecidos para realização das sessões terapêuticas, assegurando a continuidade do atendimento aos pacientes encaminhados pela Administração**;**

21.1.7 Responsabilizar-se integralmente pela organização logística necessária à execução dos serviços, incluindo disponibilização de equipe, estrutura, equipamentos, materiais e recursos necessários ao adequado funcionamento da atividade terapêutica;

21.1.8 Assegurar condições de segurança aos usuários, profissionais envolvidos e terceiros, responsabilizando-se por eventuais danos decorrentes da execução do objeto contratual;

21.1.9 Substituir, às suas expensas e no prazo estabelecido pela Administração, qualquer profissional, animal, equipamento ou recurso considerado inadequado à execução do serviço;

21.1.10 Manter padrões adequados de higiene, limpeza e organização das instalações utilizadas na prestação do serviço, bem como assegurar a destinação adequada dos resíduos decorrentes da atividade;

21.1.11 Permitir e facilitar a atuação da fiscalização contratual, prestando informações, apresentando documentos e atendendo às diligências solicitadas pela Administração, sempre que necessário ao acompanhamento da execução do contrato;

21.1.12 Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica exigidas no processo de contratação;

21.1.13 Comunicar à Administração, de forma imediata, quaisquer ocorrências que possam comprometer a continuidade, a qualidade ou a segurança da prestação do serviço;

21.1.14 Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato;

21.1.15 Observar a legislação aplicável à prestação de serviços terapêuticos e às atividades que envolvam manejo de animais, adotando práticas compatíveis com a segurança dos usuários e com a adequada execução do objeto contratual;

21.1.16 Para fins de início da execução contratual, a contratada deverá comprovar documentalmente:

- a composição da equipe multiprofissional declarada na fase de habilitação;
- a regularidade dos profissionais junto aos respectivos conselhos de classe;
- a adequação da estrutura física e das instalações;
- a aptidão dos animais utilizados na prática terapêutica, mediante laudo técnico veterinário;

● a regularidade sanitária e demais licenças exigíveis;
● a existência de sistema de registro e acompanhamento dos atendimentos.

21.2 Obrigações da contratante:

21.2.1 Designar gestor e fiscal do contrato, responsáveis pelo acompanhamento, controle e avaliação da execução dos serviços, observadas as competências definidas na legislação aplicável;
21.2.2 Fornecer à contratada as informações necessárias à execução do objeto, especialmente quanto aos fluxos de encaminhamento dos usuários pela rede municipal de saúde;
21.2.3 Realizar os encaminhamentos dos pacientes conforme critérios técnicos definidos pela equipe multiprofissional da Secretaria Municipal de Saúde;
21.2.4 Acompanhar a execução dos serviços quanto à conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência eno contrato;
21.2.5 Exercer a fiscalização contratual, podendo solicitar esclarecimentos, ajustes e documentos que comprovem a adequada execução do objeto;
21.2.6 Comunicar formalmente à contratada eventuais irregularidades verificadas na prestação do serviço, indicando prazo para correção, quando cabível;
21.2.7 Efetuar o pagamento pelos serviços efetivamente executados, conforme critérios de medição estabelecidos no Termo de Referência, observada a regular liquidação da despesa;
21.2.8 Verificar a manutenção das condições de habilitação e regularidade da contratada durante toda a execução do contrato;
21.2.9 Disponibilizar, quando aplicável, informações necessárias à organização da demanda de atendimentos, observando a programação assistencial da rede municipal de saúde;
21.2.10 Promover a integração do serviço de equoterapia com as demais ações e serviços da rede pública de saúde, garantindo coerência com a política pública municipal;
21.2.11 Aplicar as sanções administrativas cabíveis, quando verificado descumprimento das obrigações contratuais, assegurado o contraditório e a ampla defesa;
21.2.12 Adotar as providências administrativas necessárias à continuidade do serviço público, observados os princípios da legalidade, eficiência e interesse público;
21.2.13 Compete à Secretaria Municipal de Saúde a gestão técnica da execução do objeto, especialmente quanto aos encaminhamentos dos usuários, acompanhamento terapêutico e fiscalização da qualidade dos serviços prestados;
21.2.14 Compete à Secretaria Municipal de Educação a gestão administrativa e orçamentária dos recursos provenientes de emenda parlamentar destinados ao financiamento da contratação.

22 DO PRAZO DE FORNECIMENTO/ ENTREGAS

22.1 A execução dos serviços terá início em até 10 (dez) dias corridos contados da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de serviço, devendo a contratada disponibilizar estrutura adequada, equipe multiprofissional habilitada e animais treinados aptos à prática terapêutica. A prestação dos serviços ocorrerá de forma contínua e sob demanda, conforme encaminhamentos realizados pela Secretaria Municipal de Saúde, durante toda a vigência contratual, observando o quantitativo estimado de sessões previsto no Estudo Técnico Preliminar. O descumprimento dos prazos estabelecidos sujeitará a contratada às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e no contrato, assegurada a prévia defesa.

23 GARANTIA E RECEBIMENTO DO OBJETO

23.1 Os prazos de garantia dos produtos deverão seguir as normas ditadas pelo Código de Defesa do Consumidor.
23.2 A garantia consiste na prestação, pela Contratada, de todas as obrigações previstas na Lei nº 14.133/2021, e Código de Defesa do Consumidor, bem como dos encargos previstos à Contratada no Edital e seus Anexos.

24 LOCAL DE ENTREGA

24.1 A prestação dos serviços de equoterapia deverá ocorrer em instalações adequadas, devidamente credenciadas e em conformidade com as normas técnicas e de segurança aplicáveis, situadas em área que assegure o acesso dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) residentes neste município. Considerando os princípios da universalidade, integralidade e equidade que regem o SUS, bem como a necessidade de garantir a continuidade terapêutica, a economicidade dos recursos públicos e a efetividade das políticas de saúde locais, o local de execução deverá permitir o deslocamento dos pacientes sem necessidade de transporte intermunicipal, sendo que a execução da prestação dos serviços, deve ser realizada dentro do território do município.

Justificativa sobre Execução dos Serviços de Equoterapia a ser realizada no município:

A prestação de serviços de equoterapia, voltada ao atendimento de usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), deve observar os princípios constitucionais da legalidade, isonomia e competitividade, bem como os princípios específicos que regem o SUS: universalidade, integralidade e equidade. Nesse contexto, a definição do local de execução dos serviços deve ser pautada em critérios técnicos que assegurem o acesso adequado dos beneficiários, sem impor restrições indevidas à participação de licitantes, considerando-se:

a) Acesso dos usuários: Os pacientes atendidos pelo SUS, em sua maioria, possuem limitações de mobilidade e dependem de transporte público ou de apoio familiar para deslocamento. A exigência de que os serviços sejam executados dentro do município garante a efetividade do tratamento, evitando deslocamentos intermunicipais que poderiam comprometer a adesão e a continuidade terapêutica.

b) Continuidade terapêutica: A equoterapia exige acompanhamento regular e sistemático. A realização dos atendimentos em território municipal assegura que os usuários possam manter a frequência necessária, reduzindo riscos de abandono ou interrupção do tratamento.

c) Economicidade e eficiência: A execução dos serviços dentro do território do município reduz custos indiretos relacionados ao transporte de pacientes e acompanhantes, além de otimizar a utilização dos recursos públicos destinados à saúde.

d) Isonomia e competitividade: A exigência não limita a participação de empresas ou entidades de fora do município, desde que estas disponham de infraestrutura apta a atender dentro do território municipal.

Assim, preserva-se a ampla competitividade do certame, em conformidade com a legislação vigente. Diante do exposto, a exigência de que os serviços de equoterapia sejam executados em instalações localizadas no município não configura restrição indevida, mas sim medida necessária para garantir o acesso, a continuidade terapêutica, a economicidade e a eficiência da política pública de saúde. Trata-se de requisito técnico justificado, que respeita os princípios da legalidade, isonomia e competitividade, ao mesmo tempo em que assegura a efetividade do atendimento aos usuários do SUS.

25 DA FISCALIZAÇÃO

25.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato consistem na verificação da conformidade dos materiais de forma a assegurar o perfeito cumprimento do que foi acordado.
25.2 A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.
25.3 Para o acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação do objeto foi designada pelo Prefeito Municipal a servidora **Germânia Correa Pinheiro .**
25.4 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

25.5 Estando em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela fiscalização do Contrato e enviados ao setor competente para o devido pagamento.
25.6 Em caso de não conformidade, a Contratada será notificada, por escrito, sobre as irregularidades apontadas, para as devidas providências conforme os artigos 134 e 147 da Lei nº. 14.133 de 11 de abril de 2021, no que couber.
25.7 Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto deverão ser prontamente atendidas pela Contratada.

26 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

26.1 Aplica-se à disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da execução do contrato o previsto no Título IV, Capítulo I, da Lei nº 14.133/2021

27 DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

27.1 A extinção do presente ocorrerá nas hipóteses previstas no art. 137 a 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo de eventual penalidade aplicável, assegurado o contraditório e ampla defesa.

28 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

28.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
28.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica através da plataforma Compras BR
28.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
28.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
28.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
28.6 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
28.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
28.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
28.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

29 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á o contrato no sistema eletrônico.
29.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro.
29.3 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
29.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

29.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
29.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
29.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
29.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
29.9 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasbr.com.br, nos dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
29.10 *Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.*
29.11 Os casos omissos no presente Edital serão solucionados com fulcro na Lei nº. 14.133/2021 e suas alterações, bem como as demais normas pertinentes.
29.12 As características técnicas, quantitativos, orçamentos, e os demais métodos e/ou procedimentos constantes neste Edital foram baseadas em Termo de referência emitido pela(s) secretaria(s) responsável(is).
29.13 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da comarca de Laguna/SC.
Os esclarecimentos ao Edital deverão ser enviados através da Plataforma Compras BR.

Laguna/SC, 20 de maio de 2026.

PETERSON CRIPPA DA SILVA:00518121933
Assinado digitalmente por PETERSON CRIPPA DA SILVA:00518121933
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=(EM BRANCO), OU=34028316000103, OU=presencial, CN=PETERSON CRIPPA DA SILVA:00518121933
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.05.20 17:02:59-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.1

PETERSON CRIPPA DA SILVA

Prefeito

ANEXO I

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 33/2026 PML
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026 – PML

TERMO DE REFERÊNCIA - TR

1. ÓRGÃO SOLICITANTE:

Órgão demandante: Secretaria Municipal de Saúde
Responsável: Andrea Cascaes Lopes
CNPJ: 06.231.312/0001-92
Endereço: Rua Nereu Ramos, 88, Bairro Magalhães, Laguna/SC – CEP 88790-000
Unidade gestora da Emenda Parlamentar: Secretaria Municipal de Educação
Unidade gestora do Convênio Estadual e Recursos Próprios: Secretaria Municipal de Saúde
Responsável pelo TR e pesquisa de preços: Helisianny da Silva Adriano Inácio

2. OBJETO:

Contratação de serviço especializado de equoterapia destinado ao atendimento terapêutico de pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras condições clínicas que demandem acompanhamento multiprofissional.

2.1. ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES:

Item	Descrição	UN	Quant. estim.		Valor Unitário	Valor Total
			Sec. Saúde	Sec. Educ.		
1	Prestação de serviço especializado de equoterapia, destinado ao atendimento terapêutico individualizado de pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras condições clínicas, com sessões com duração média de 40 minutos.	sessão	2.876	1.437	R$ 173,88	R$ 749.944,44

2.2. DA NATUREZA DO OBJETO:

Serviço especializado na área da saúde, executado mediante equipe multiprofissional habilitada, utilização de animais treinados e estrutura adequada, conforme legislação aplicável e Estudo Técnico Preliminar.

2.3. DA PESQUISA DE PREÇO:

A estimativa do valor da contratação será realizada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, mediante utilização de múltiplas fontes de pesquisa, visando identificar valores compatíveis com o mercado e assegurar a observância dos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade para a Administração Pública.

Considerando que o objeto consiste na contratação de serviços especializados de equoterapia, a pesquisa de preços será realizada por meio de consulta ao Painel de Preços, PNCP, contratações similares de outros órgãos públicos, atas de registro de preços, pesquisa direta com fornecedores do ramo e histórico contratual do órgão, este utilizado apenas como referência complementar.

A pesquisa observará critérios de comparabilidade, considerando a similaridade do objeto, unidade de medida, quantitativos estimados e características da prestação do serviço.

Os valores obtidos serão organizados em planilha comparativa e o preço estimado será definido mediante aplicação de critério estatístico adequado, com desconsideração de valores inexequíveis ou excessivamente elevados, quando devidamente justificado.

Toda a documentação comprobatória da pesquisa de preços será juntada aos autos do processo administrativo, garantindo transparência, rastreabilidade e conformidade com os entendimentos dos órgãos de controle.

Tabela de Referência:

Item	Descrição	Unidade de medida	ATA de Palmitos	ATA Orleans	ATA Gravatal	ATA Araranguá	Média
1	Prestação de serviços de equoterapia destinado ao atendimento terapêutico individualizado de pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras condições clínicas, com equipe multiprofissional, constituída por uma rede de apoio composta por	Sessão	R$ 140,00	R$ 177,50	R$ 200,00	R$ 178,00	R$ 173,88

	médico e médico veterinário e uma equipe mínima de atendimento, composta por psicólogo, fisioterapeuta e um profissional de equitação, podendo, de acordo com o objetivo do programa, ser integrada por outros profissionais, como pedagogo, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, e professor de educação física, que devem possuir curso específico de equoterapia, Lei 13.830/2019						

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

A contratação justifica-se pela necessidade de assegurar a continuidade da política pública municipal de saúde voltada ao atendimento terapêutico por equoterapia a pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, TEA e outras condições clínicas.

O Estudo Técnico Preliminar identificou risco de descontinuidade do serviço atualmente prestado em razão do encerramento contratual vigente, circunstância que pode comprometer a evolução clínica dos pacientes e gerar desassistência.

O ETP demonstrou ainda:

- inexistência de estrutura própria suficiente;
- ausência de equipe multiprofissional especializada;
- inviabilidade operacional de execução direta;
- necessidade de continuidade do atendimento terapêutico.

A solução escolhida apresenta melhor relação custo-benefício global, evitando investimentos elevados em estrutura própria e assegurando continuidade do atendimento com equipe especializada, infraestrutura adequada e capacidade operacional compatível com a demanda.

Parte dos recursos financeiros decorre de emenda parlamentar vinculada à Secretaria Municipal de Educação, cabendo à Secretaria Municipal de Saúde a gestão técnica da execução.

4. DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO:

4.1. SERÁ ADOTADO O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP?

Sim. A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se tecnicamente adequada, considerando que a contratação envolve prestação continuada de serviços de equoterapia, com quantitativos estimados com base em histórico de atendimentos e possibilidade de variação conforme encaminhamentos realizados pela rede municipal de saúde. A demanda apresenta caráter recorrente e dependente da necessidade terapêutica dos usuários do SUS, não sendo possível determinar com precisão absoluta o consumo ao longo do período contratual. O modelo de contratação por SRP permite que as sessões sejam executadas conforme necessidade da Administração, garantindo maior eficiência no planejamento, flexibilidade na gestão da demanda e continuidade da política pública de saúde voltada ao atendimento terapêutico de pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras condições clínicas, em conformidade com o art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

4.2. HAVERÁ NECESSIDADE DE VISTORIA PRÉVIA (VISITA TÉCNICA)?:

( ) Vistoria obrigatória

( ) Vistoria facultativa

(x) Não será exigida vistoria.

4.3. SERÁ ADMITIDA A PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS?

(x) Sim

( ) Não

4.4. SERÁ ADMITIDA A PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS?

(x) Sim

( ) Não

4.5. SERÁ ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO?

( ) Sim

(x) Não

4.6. A AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO SE DARÁ EM LOTES?

( ) Sim

(x) Não

5. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

5.1. SERÃO EXIGIDOS DOCUMENTOS ADICIONAIS JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS (PARA ANÁLISE DA EQUIPE TÉCNICA NA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA FINAL DE PREÇOS)?:

( ) Sim

(x) Não

5.2. SERÁ EXIGIDA AMOSTRA DOS PRODUTOS?:

( ) Sim

(x) Não

5.3. SERÁ EXIGIDA PROVA DE CONCEITO?:

( ) Sim

(x) Não

5.4. SERÁ EXIGIDA CARTA DE SOLIDARIEDADE?:

( ) Sim

(x) Não

5.5. SERÁ EXIGIDA GARANTIA DE PROPOSTA?

( ) Sim

(x) Não

5.6. SERÁ PERMITIDA ACEITAR PROPOSTA ACIMA DO VALOR ESTIMADO?:

( ) Sim

(x) Não

Não será permitida a aceitação de proposta com valor superior ao valor estimado da contratação, considerando que este foi definido com base em metodologia de pesquisa de preços realizada nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, refletindo parâmetros de mercado atualizados, compatíveis com a execução do objeto e suficientes à garantia da vantajosidade para a Administração, não se identificando distorções que justifiquem a superação do valor estimado.

6. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO:

6.1. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Na fase de habilitação:

Documentos devem atender à forma prevista na Lei nº 14.133/2021.

a) Comprovar que possui natureza jurídica compatível com a prestação de serviços terapêuticos e de saúde, conforme previsto na Lei 13.830/2019, que reconhece a equoterapia como método terapêutico e exige estrutura multiprofissional.

No momento da assinatura do contrato:

Com base no art. 67 da Lei 14.133/2021, na Lei 13.830/2019 e Lei 18.664/2023, exigir:

a) Apresentar CNES da empresa com os profissionais de equipe de atendimento (psicólogo, fisioterapeuta e profissional de equitação), e/ou comprovação de que o(s) profissional(is) pertence(em) ao quadro funcional da empresa, devendo ser feita, com a apresentação do registro na Carteira de Profissional, Ficha de Empregado ou Contrato de Trabalho;
b) Apresentar sistema de prontuário utilizado, e assinar termo de responsabilidade quanto a obrigatoriedade de uso de prontuário do paciente para comprovação de registro periódico, sistemático e individualizado das informações do paciente;
c) Apresentar Alvará Sanitário, em conformidade com as normas da ABNT ou municipais;
d) Apresentar Laudo Veterinário de aptidão física (vacinas e exames de Mormo/AIE em dia) e Relatório de Treinamento Comportamental (assinado por um equitador qualificado), confirmando a docilidade, ausência de reações de susto e andaduras adequadas;
e) Apresentar laudo técnico emitido por Médico Veterinário, devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Santa Catarina (CRMV-SC), atestado condições de higiene das instalações, sanidade dos animais, e atendimento das normas específicas previstas em regulamento;
f) Apresentar registro de responsabilidade técnica, o qual deve ter um profissional fisioterapeuta como responsável técnico pelas terapias aplicadas.
g) Todos os profissionais que atuarem nos Centros de Equoterapia devem possuir registro nos Conselhos Regionais das respectivas categorias e estar em dia com suas obrigações legais, exceto o profissional de equitação – Apresentar registro profissional e regularidade financeira perante o conselho de classe equivalente;
h) Todos os profissionais de saúde, da equipe de atendimento, devem estar cadastrados no CNES da empresa – apresentar CNES da empresa constando os profissionais;
i) relação nominal da equipe multiprofissional acompanhada dos respectivos registros profissionais e comprovação de vínculo.

7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO:

A execução do objeto consistirá na prestação de serviços especializados de equoterapia, a serem realizados por empresa contratada que disponha de equipe multiprofissional habilitada, estrutura física adequada e animais treinados para a prática terapêutica, observados os padrões mínimos de qualidade, segurança e adequação operacional.

Os atendimentos ocorrerão de forma **continuada e sob demanda**, mediante encaminhamentos realizados pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme a necessidade terapêutica dos usuários da rede pública de saúde, respeitando os critérios técnicos definidos pela equipe multiprofissional responsável pelo acompanhamento dos pacientes.

As sessões terapêuticas serão executadas nas dependências da contratada, em local apropriado à prática da equoterapia, assegurando condições adequadas de acessibilidade, segurança, higiene e bem-estar dos usuários e dos animais envolvidos.

O quantitativo indicado neste Termo de Referência constitui **estimativa de consumo**, podendo variar conforme a demanda assistencial identificada durante a vigência da Ata de Registro de Preços, não havendo obrigação de contratação integral por parte da Administração, em conformidade com o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

A execução do serviço observará a integração com a política pública municipal de saúde e com as diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo a continuidade do atendimento terapêutico aos usuários encaminhados pela Administração Pública.

A gestão dos encaminhamentos dos pacientes e a definição da demanda assistencial competem à Secretaria Municipal de Saúde, considerando tratar-se de serviço inserido na política pública de atenção à saúde da pessoa com deficiência. A gestão administrativa e orçamentária dos recursos decorrentes de emenda parlamentar caberá à Secretaria Municipal de Educação, observadas as normas de execução financeira da Administração Pública.

As sessões de equoterapia serão realizadas de forma individualizada, com **duração média de 40 (quarenta) minutos por atendimento**, podendo haver adequações conforme indicação técnica da equipe multiprofissional responsável, observadas as necessidades específicas de cada paciente.

7.1. PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO:

A execução dos serviços terá início em até 10 (dez) dias corridos contados da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de serviço, devendo a contratada disponibilizar estrutura adequada, equipe multiprofissional habilitada e animais treinados aptos à prática terapêutica.

A prestação dos serviços ocorrerá de forma contínua e sob demanda, conforme encaminhamentos realizados pela Secretaria Municipal de Saúde, durante toda a vigência contratual, observando o quantitativo estimado de sessões previsto no Estudo Técnico Preliminar. O descumprimento dos prazos estabelecidos sujeitará a contratada às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e no contrato, assegurada a prévia defesa.

7.2. DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

O objeto será recebido provisoriamente pelo fiscal do contrato ou comissão designada pela Administração, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a apresentação do relatório de execução dos serviços, mediante verificação do cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência, especialmente quanto à qualidade, regularidade e conformidade da prestação dos serviços de equoterapia.

O recebimento definitivo ocorrerá em até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento provisório, após verificação da conformidade da execução contratual, mediante termo circunstanciado emitido pela Administração.

Constatada qualquer inconformidade, a contratada será notificada para promover as correções necessárias no prazo fixado pela Administração, permanecendo suspenso o recebimento definitivo até a regularização, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade dos serviços prestados, nos termos da legislação aplicável.

7.3. LOCAL, HORÁRIO E ENDEREÇO DE ENTREGA:

A prestação dos serviços de equoterapia deverá ocorrer em instalações adequadas, devidamente credenciadas e em conformidade com as normas técnicas e de segurança aplicáveis, situadas em área que assegure o acesso dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) residentes neste município.

Considerando os princípios da universalidade, integralidade e equidade que regem o SUS, bem como a necessidade de garantir a continuidade terapêutica, a economicidade dos recursos públicos e a efetividade das políticas de saúde locais, o local de execução deverá permitir o deslocamento dos pacientes sem necessidade de transporte intermunicipal, sendo que a execução da prestação dos serviços, deve ser realizada dentro do território do município.

7.3.1 Justificativa sobre Execução dos Serviços de Equoterapia a ser realizada no município:

A prestação de serviços de equoterapia, voltada ao atendimento de usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), deve observar os princípios constitucionais da legalidade, isonomia e competitividade, bem como os princípios específicos que regem o SUS: universalidade, integralidade e equidade. Nesse contexto, a definição do local de execução dos serviços deve ser pautada em critérios técnicos que assegurem o acesso adequado dos beneficiários, sem impor restrições indevidas à participação de licitantes, considerando-se:

a) Acesso dos usuários: Os pacientes atendidos pelo SUS, em sua maioria, possuem limitações de mobilidade e dependem de transporte público ou de apoio familiar para deslocamento. A exigência de que os serviços sejam executados dentro do município garante a efetividade do tratamento, evitando deslocamentos intermunicipais que poderiam comprometer a adesão e a continuidade terapêutica.

b) Continuidade terapêutica: A equoterapia exige acompanhamento regular e sistemático. A realização dos atendimentos em território municipal assegura que os usuários possam manter a frequência necessária, reduzindo riscos de abandono ou interrupção do tratamento.

c) Economicidade e eficiência: A execução dos serviços dentro do território do município reduz custos indiretos relacionados ao transporte de pacientes e acompanhantes, além de otimizar a utilização dos recursos públicos destinados à saúde.

d) Isonomia e competitividade: A exigência não limita a participação de empresas ou entidades de fora do município, desde que estas disponham de infraestrutura apta a atender dentro do território municipal. Assim, preserva-se a ampla competitividade do certame, em conformidade com a legislação vigente.

Diante do exposto, a exigência de que os serviços de equoterapia sejam executados em instalações localizadas no município não configura restrição indevida, mas sim medida necessária para garantir o acesso, a continuidade terapêutica, a economicidade e a eficiência da política pública de saúde. Trata-se de requisito técnico justificado, que respeita os princípios da legalidade, isonomia e competitividade, ao mesmo tempo em que assegura a efetividade do atendimento aos usuários do SUS.

7.4. BENS PERECÍVEIS

( ) Sim

(x) Não

7.5. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:

( ) Sim

(x) Não

7.6. GARANTIA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

(x) Sim. Conforme disciplinado nas Seções 7 e 8.1 deste Termo de Referência.

( ) Não

8. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

8.1. DA CONTRATADA:

I – Executar os serviços de equoterapia em conformidade com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, garantindo padrão adequado de qualidade terapêutica, segurança dos usuários e observância das boas práticas aplicáveis à atividade;

II – Disponibilizar equipe técnica qualificada compatível com a natureza do serviço, incluindo profissionais habilitados e com formação adequada à prática de equoterapia, mantendo durante toda a execução contratual as condições técnicas apresentadas na habilitação;

III – Disponibilizar animais treinados e aptos à prática terapêutica, assegurando condições adequadas de manejo, cuidado, saúde e bem-estar, observando normas técnicas e sanitárias aplicáveis;

IV – Disponibilizar estrutura física adequada à realização das sessões terapêuticas, garantindo condições de acessibilidade, segurança, higiene e organização compatíveis com a natureza do atendimento;

V – Executar os atendimentos conforme encaminhamentos realizados pela rede municipal de saúde, observando os critérios técnicos estabelecidos pela equipe multiprofissional responsável pelo acompanhamento dos usuários;

VI – Cumprir os quantitativos e prazos estabelecidos para realização das sessões terapêuticas, assegurando a continuidade do atendimento aos pacientes encaminhados pela Administração;

VII – Responsabilizar-se integralmente pela organização logística necessária à execução dos serviços, incluindo disponibilização de equipe, estrutura, equipamentos, materiais e recursos necessários ao adequado funcionamento da atividade terapêutica;

VIII – Assegurar condições de segurança aos usuários, profissionais envolvidos e terceiros, responsabilizando-se por eventuais danos decorrentes da execução do objeto contratual;

IX – Substituir, às suas expensas e no prazo estabelecido pela Administração, qualquer profissional, animal, equipamento ou recurso considerado inadequado à execução do serviço;

X – Manter padrões adequados de higiene, limpeza e organização das instalações utilizadas na prestação do serviço, bem como assegurar a destinação adequada dos resíduos decorrentes da atividade;

XI – Permitir e facilitar a atuação da fiscalização contratual, prestando informações, apresentando documentos e atendendo às diligências solicitadas pela Administração, sempre que necessário ao acompanhamento da execução do contrato;

XII – Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica exigidas no processo de contratação;

XIII – Comunicar à Administração, de forma imediata, quaisquer ocorrências que possam comprometer a continuidade, a qualidade ou a segurança da prestação do serviço;

XIV – Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato;

XV – Observar a legislação aplicável à prestação de serviços terapêuticos e às atividades que envolvam manejo de animais, adotando práticas compatíveis com a segurança dos usuários e com a adequada execução do objeto contratual;

XVI – Para fins de início da execução contratual, a contratada deverá comprovar documentalmente:

- a composição da equipe multiprofissional declarada na fase de habilitação;
- a regularidade dos profissionais junto aos respectivos conselhos de classe;
- a adequação da estrutura física e das instalações;
- a aptidão dos animais utilizados na prática terapêutica, mediante laudo técnico veterinário;
- a regularidade sanitária e demais licenças exigíveis;
- a existência de sistema de registro e acompanhamento dos atendimentos.

8.2. DA CONTRATANTE:

I – Designar gestor e fiscal do contrato, responsáveis pelo acompanhamento, controle e avaliação da execução dos serviços, observadas as competências definidas na legislação aplicável;

II – Fornecer à contratada as informações necessárias à execução do objeto, especialmente quanto aos fluxos de encaminhamento dos usuários pela rede municipal de saúde;

III – Realizar os encaminhamentos dos pacientes conforme critérios técnicos definidos pela equipe multiprofissional da Secretaria Municipal de Saúde;

IV – Acompanhar a execução dos serviços quanto à conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência e no contrato;

V – Exercer a fiscalização contratual, podendo solicitar esclarecimentos, ajustes e documentos que comprovem a adequada

execução do objeto;

VI – Comunicar formalmente à contratada eventuais irregularidades verificadas na prestação do serviço, indicando prazo para correção, quando cabível;

VII – Efetuar o pagamento pelos serviços efetivamente executados, conforme critérios de medição estabelecidos no Termo de Referência, observada a regular liquidação da despesa;

VIII – Verificar a manutenção das condições de habilitação e regularidade da contratada durante toda a execução do contrato;

IX – Disponibilizar, quando aplicável, informações necessárias à organização da demanda de atendimentos, observando a programação assistencial da rede municipal de saúde;

X – Promover a integração do serviço de equoterapia com as demais ações e serviços da rede pública de saúde, garantindo coerência com a política pública municipal;

XI – Aplicar as sanções administrativas cabíveis, quando verificado descumprimento das obrigações contratuais, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

XII – Adotar as providências administrativas necessárias à continuidade do serviço público, observados os princípios da legalidade, eficiência e interesse público;

XIII – Compete à Secretaria Municipal de Saúde a gestão técnica da execução do objeto, especialmente quanto aos encaminhamentos dos usuários, acompanhamento terapêutico e fiscalização da qualidade dos serviços prestados;
XIV – Compete à Secretaria Municipal de Educação a gestão administrativa e orçamentária dos recursos provenientes de emenda parlamentar destinados ao financiamento da contratação.

9. DO CONTRATO:

9.1. INSTRUMENTO CONTRATUAL:

( ) Somente por assinatura de contrato

( ) Autorização de Fornecimento + Contrato

(x) Autorização de Fornecimento

( ) Outro

9.2. VIGÊNCIA:

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

9.3. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:

9.3.1. GESTOR:

Gestor do contrato: Andréa Cascaes Lopes

Cargo: Secretária de Saúde

Matrícula: 120262902/3

9.3.2. FISCAL:

Fiscal técnico: Germânia Correa Pinheiro

Cargo: Enfermeira

Matrícula: 38011

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

10.1 Medição

A medição dos serviços será realizada conforme a quantidade de sessões de equoterapia efetivamente executadas no período, mediante encaminhamento da Secretaria Municipal de Saúde e comprovação dos atendimentos realizados.

A contratada deverá apresentar relatório mensal contendo os atendimentos realizados, quantitativo de sessões e identificação dos profissionais responsáveis.

Não haverá garantia de consumo mínimo durante a vigência da Ata de Registro de Preços, em razão da natureza sob demanda da contratação.

10.2 Documentação Necessária para Pagamento

Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar Nota Fiscal, relatório mensal de execução dos serviços e documentação comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista.

O pagamento ficará condicionado ao recebimento definitivo do objeto, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

10.3 Prazo para Pagamento

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto e apresentação da documentação exigida para liquidação da despesa.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos provenientes de emenda parlamentar consignada ao orçamento da Secretaria Municipal de Educação, e de convênio estadual consignado ao orçamento da Secretaria Municipal de Saúde, as quais atuarão como unidades gestoras dos recursos, observada a classificação funcional programática compatível com a execução de ações voltadas ao atendimento de pessoas com deficiência, em articulação com a política pública de saúde executada pela Secretaria Municipal de Saúde.

Considerando que a contratação será realizada por meio do **Sistema de Registro de Preços – SRP**, a execução ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, conforme necessidade da Administração e encaminhamentos realizados pela rede municipal de saúde, não havendo obrigatoriedade de contratação da totalidade dos quantitativos estimados.

A efetiva realização da despesa ficará condicionada à existência de disponibilidade orçamentária e financeira no momento da emissão da respectiva nota de empenho, a qual será formalizada de forma individualizada, de acordo com as solicitações de execução das sessões de equoterapia e em conformidade com os critérios de medição estabelecidos neste Termo de Referência.

Os recursos financeiros destinados à execução da contratação poderão ser provenientes de recursos próprios do Município, transferências decorrentes de convênios, emendas parlamentares e demais fontes legalmente admitidas para financiamento das ações e serviços públicos de saúde, observada a respectiva vinculação orçamentária e a disponibilidade financeira no exercício.

O pagamento das despesas observará o regular processo de liquidação, mediante comprovação da execução do objeto, atesto da fiscalização do contrato e observância da ordem cronológica das exigibilidades, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo devido apenas em relação às sessões efetivamente realizadas, não havendo garantia de consumo mínimo durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

Na hipótese de utilização de recursos provenientes de fundo municipal de saúde ou outra fonte vinculada, a execução da despesa observará as normas específicas de gestão, controle e eventual deliberação do respectivo conselho gestor, quando aplicável.

12. DO VALOR ESTIMADO:

O valor estimado da contratação é de **R$ 749.944,44 (setecentos e quarenta e nove mil, novecentos e quarenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos)**, correspondente ao quantitativo estimado de **4.313 (quatro mil, trezentas e treze)** sessões de equoterapia, com valor unitário estimado de **R$ 173,88 (cento e setenta e três reais e oitenta e oito centavos)** por sessão, apurado com base na média dos valores obtidos em pesquisa de preços realizada nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, considerando os quantitativos definidos no Estudo Técnico Preliminar e a consolidação dos dados provenientes de múltiplas fontes de mercado, com memória de cálculo devidamente documentada nos autos do processo administrativo.

O valor unitário adotado decorre da média apurada na pesquisa de preços realizada com base em contratações similares da Administração Pública, observados critérios de comparabilidade técnica, compatibilidade do objeto e adequação da unidade de medida utilizada.

Considerando que a contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços – SRP, o valor indicado constitui estimativa global de contratação, não representando obrigação de consumo integral por parte da Administração, podendo variar conforme a demanda efetiva durante a vigência da ata.

O valor estimado será adotado como parâmetro para julgamento das propostas, não sendo admitida a contratação por valor superior ao estimado.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

Aplica-se à disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da execução do contrato o previsto no

Título IV, Capítulo I, da Lei nº 14.133/2021.

14. INDICAÇÃO DE ÓRGÃO PARA ENCAMINHAMENTOS DE EVENTUAIS IMPUGNAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS:

As impugnações ao edital e os pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados por meio da Plataforma Compras BR, observados os prazos e condições previstos na Lei nº 14.133/2021, sendo dirigidos à autoridade competente responsável pelo procedimento.

ANEXO II

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 33/2026 PML
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026 - PML

DECLARAÇÕES

Nome da Empresa, CNP Nº_____, sediada à (Endereço Completo), declara,sob as penas da Lei que:

[ ] Não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, emqualquer de suas esfera.
[ ] Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presenteprocesso e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
[ ] Não integra nosso corpo social, nem nosso quadro funcional empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal.
[ ] Não possuímos, em nosso quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância ao Inciso XXXIII do Art. 7° da Constituição Federal.
[ ] A empresa tomou conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos deste, *não podendo alegar posterior desconhecimento de cláusula ou exigência*, além de fornecer material de qualidade, sob aspenas da Lei.
[ ] A proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição da República Federativa do Brasil, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.
[ ] A empresa cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e parareabilitado da Previdência Social, conforme artigo 63 §1° da lei 14.133/2021 e em lei e em outras normas específicas.
[ ] Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.Local e data:

Assinatura e carimbo da empresa

ANEXO III

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 33/2026 PML
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026 – PML

MINUTA DE CONTRATO

Pelo presente instrumento, de um lado a Prefeitura Municipal de Laguna, estabelecida na Av. Colombo Machado Salles, 145 – Centro – Laguna-SC, CNPJ. nº 82.928.706/0001-82, doravante denominada **COMPROMISSÁRIO**, representada neste ato pelo Sr. Peterson Crippa da Silva, Prefeito municipal e de outro lado a empresa XXXXXX, estabelecida na (qualificação completa), doravante denominada **COMPROMITENTE**, representada neste ato pelo Sr. XXXXXX, (qualificação completa), têm entre si justo e acordado, celebrar o presente contrato, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 1560/2026-1Doc., Processo Licitatório 33/2026 e Pregão Eletrônico nº 33/2026- PML, e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 7.423 de 31 janeiro de 2025 e alterações posteriores e demais legislações pertinentes, resolvem celebrar o presente Contrato mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente Edital tem como objeto Registro de Preços para futura e eventual contratação de serviço especializado de equoterapia destinado ao atendimento terapêutico de pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras condições clínicas que demandem acompanhamento multiprofissional, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas nesta Ata, no Edital e seus anexos.

Parágrafo Primeiro - Especificação:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

1	Prestação de serviço especializado de equoterapia, destinado ao atendimento terapêutico individualizado de pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, Transtorno do Espectro Autista(TEA) e outras condições clínicas, com sessões com duração média de 40 minutos.	Sessão	4.313	R$	R$

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O acompanhamento e a fiscalização da execução deste CONTRATO consistem na verificação da conformidade dos materiais de forma a assegurar o perfeito cumprimento do que foi acordado.

Parágrafo Primeiro - A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui, nem reduz a responsabilidade da Detentora, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

Parágrafo Segundo - Para o acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação do objeto foi designado a servidora **Germânia Correa Pinheiro**.

Parágrafo Terceiro - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Parágrafo Quarto - Estando em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela fiscalização do Contrato e enviados ao setor competente para o devido pagamento.

Parágrafo Quinto - Em caso de não conformidade, a Detentora será notificada, por escrito, sobre as irregularidades apontadas, para as devidas providências conforme os artigos 134 e 147 da Lei nº. 14.133 de 11 de abril de 2021, no que couber.

Parágrafo Sexto - Quaisquer exigências da fiscalização do contrato inerentes ao objeto deverão ser prontamente atendidas pela Detentora.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

O valor da referida contratação é **R$ XX.XXX,XX (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)**. A especificação dos serviços, quantitativos e representantes legais, encontram-se elencados no Edital.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos provenientes de emenda parlamentar consignada ao orçamento da Secretaria Municipal de Educação, e de convênio estadual consignado ao orçamento da Secretaria Municipal de Saúde, as quais atuarão como unidades gestoras dos recursos, observada a classificação funcional programática compatível com a execução de ações voltadas ao atendimento de pessoas com deficiência, em articulação com a política pública de saúde executada pela Secretaria Municipal de Saúde

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será em moeda corrente nacional, através de Ordem Bancária.
O pagamento do objeto será em moeda corrente nacional, através de Ordem Bancária, até **30 (trinta) dias** após o recebimento do documento de cobrança devidamente atestado pelo representante da Administração e será depositado na conta corrente da Contratada, junto à agência bancária indicada por ela.

O pagamento será realizado após o recebimento do documento de cobrança devidamente atestado pelo representante da Administração e será depositado na conta corrente da Detentora, junto à agência bancária indicada por ela.

Parágrafo Primeiro - Para fins de pagamento, o documento de cobrança deverá ser emitido obrigatoriamente com as mesmas informações, inclusive CNPJ e/ou CPF, constantes na proposta de preços e na Ata, não se admitindo documento de cobrança emitido com dados divergentes.

Parágrafo Segundo - Antes de qualquer pagamento, será verificado se o licitante mantém as condições de habilitação contantes no item **11.3.2** e subitens do Edital.

Parágrafo Terceiro - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação das condições de habilitação.

Parágrafo Quarto - Caso os dados constantes no documento de cobrança encontrem-se incorretos, a Contratante informará à Detentora, que emitirá novo documento de cobrança, sanadas as incorreções, com a concessão de novo prazo para pagamento.

Parágrafo Quinto - A Detentora enviará, mensalmente, relatório dos serviços executados, devidamente atestado pela Contratante da realização completa e satisfatória, para fins de pagamento.

Parágrafo Sexto - O recebimento não exclui a responsabilidade da Detentora pelo perfeito desempenho dos serviços fornecidos, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas.

Parágrafo Sétimo - O setor competente para proceder ao pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) Prazo de validade;
b) Data de emissão;
c) Os dados da contrato e do órgão contratante;
d) O período de prestação dos serviços;
e) O valor a pagar;
f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Parágrafo Oitavo - Nenhum pagamento será efetuado a empresa enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência do pactuado.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, contado da data limite para a apresentação das propostas.
.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

São obrigações da detentora, além das demais prevista neste contrato e no Edital relativo ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIDADES DO DETENTOR DO CONTRATO

São responsabilidades da **CONTRATADA**:

a) Executar os serviços de equoterapia em conformidade com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, garantindo padrão adequado de qualidade terapêutica, segurança dos usuários e observância das boas práticas aplicáveis à atividade;
b) Disponibilizar equipe técnica qualificada compatível com a natureza do serviço, incluindo profissionais habilitados e com formação adequada à prática de equoterapia, mantendo durante toda a execução contratual as condições técnicas apresentadas na habilitação;
c) Disponibilizar animais treinados e aptos à prática terapêutica, assegurando condições adequadas de manejo, cuidado, saúde e bem-estar, observando normas técnicas e sanitárias aplicáveis;
d) Disponibilizar estrutura física adequada à realização das sessões terapêuticas, garantindo condições de acessibilidade, segurança, higiene e organização compatíveis com a natureza do atendimento;
e) Executar os atendimentos conforme encaminhamentos realizados pela rede municipal de saúde, observando os critérios técnicos estabelecidos pela equipe multiprofissional responsável pelo acompanhamento dos usuários;
f) Cumprir os quantitativos e prazos estabelecidos para realização das sessões terapêuticas, assegurando a continuidade do atendimento aos pacientes encaminhados pela Administração**;**
g) Responsabilizar-se integralmente pela organização logística necessária à execução dos serviços, incluindo disponibilização de equipe, estrutura, equipamentos, materiais e recursos necessários ao adequado funcionamento da atividade terapêutica;

h) Assegurar condições de segurança aos usuários, profissionais envolvidos e terceiros, responsabilizando-se por eventuais danos decorrentes da execução do objeto contratual;
i) Substituir, às suas expensas e no prazo estabelecido pela Administração, qualquer profissional, animal, equipamento ou recurso considerado inadequado à execução do serviço;
j) Manter padrões adequados de higiene, limpeza e organização das instalações utilizadas na prestação do serviço, bem como assegurar a destinação adequada dos resíduos decorrentes da atividade;
l) Permitir e facilitar a atuação da fiscalização contratual, prestando informações, apresentando documentos e atendendo às diligências solicitadas pela Administração, sempre que necessário ao acompanhamento da execução do contrato;
m) Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica exigidas no processo de contratação;
n) Comunicar à Administração, de forma imediata, quaisquer ocorrências que possam comprometer a continuidade, a qualidade ou a segurança da prestação do serviço;
o) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do cntrato;
p) Observar a legislação aplicável à prestação de serviços terapêuticos e às atividades que envolvam manejo de animais, adotando práticas compatíveis com a segurança dos usuários e com a adequada execução do objeto contratual;
q) Para fins de início da execução contratual, a contratada deverá comprovar documentalmente:
● a composição da equipe multiprofissional declarada na fase de habilitação;
● a regularidade dos profissionais junto aos respectivos conselhos de classe;
● a adequação da estrutura física e das instalações;
● a aptidão dos animais utilizados na prática terapêutica, mediante laudo técnico veterinário;
● a regularidade sanitária e demais licenças exigíveis;
● a existência de sistema de registro e acompanhamento dos atendimentos.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL

a) Designar gestor e fiscal do contrato, responsáveis pelo acompanhamento, controle e avaliação da execução dos serviços, observadas as competências definidas na legislação aplicável;
b) Fornecer à contratada as informações necessárias à execução do objeto, especialmente quanto aos fluxos de encaminhamento dos usuários pela rede municipal de saúde;
c) Realizar os encaminhamentos dos pacientes conforme critérios técnicos definidos pela equipe multiprofissional da Secretaria Municipal de Saúde;
d) Acompanhar a execução dos serviços quanto à conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência eno contrato;
e) Exercer a fiscalização contratual, podendo solicitar esclarecimentos, ajustes e documentos que comprovem a adequada execução do objeto;
f) Comunicar formalmente à contratada eventuais irregularidades verificadas na prestação do serviço, indicando prazo para correção, quando cabível;
g) Efetuar o pagamento pelos serviços efetivamente executados, conforme critérios de medição estabelecidos no Termo de Referência, observada a regular liquidação da despesa;
h) Verificar a manutenção das condições de habilitação e regularidade da contratada durante toda a execução do contrato;
i) Disponibilizar, quando aplicável, informações necessárias à organização da demanda de atendimentos, observando a

programação assistencial da rede municipal de saúde;
j) Promover a integração do serviço de equoterapia com as demais ações e serviços da rede pública de saúde, garantindo coerência com a política pública municipal;
l) Aplicar as sanções administrativas cabíveis, quando verificado descumprimento das obrigações contratuais, assegurado o contraditório e a ampla defesa;
m) Adotar as providências administrativas necessárias à continuidade do serviço público, observados os princípios da legalidade, eficiência e interesse público;
n) Compete à Secretaria Municipal de Saúde a gestão técnica da execução do objeto, especialmente quanto aos encaminhamentos dos usuários, acompanhamento terapêutico e fiscalização da qualidade dos serviços prestados;
o) Compete à Secretaria Municipal de Educação a gestão administrativa e orçamentária dos recursos provenientes de emenda parlamentar destinados ao financiamento da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS

São obrigações da empresa vencedora:

I. Os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, custos e despesas que sejam devidos em decorrência direta ou indireta do presente contrato.
II. A empresa vencedora declara haver levado em conta na apresentação de sua proposta os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra de material, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

A empresa detentora do contrato deverá executar o objeto nos quantitativos solicitados na Autorização de Fornecimento e respectiva Nota de Empenho, observadas as condições fixadas neste contrato e seus Anexos e na legislação pertinente.

Parágrafo Primeiro - Os serviços do objeto registrado neste Instrumento serão efetuadas através de Autorização de Fornecimento/execução e respectiva Nota de Empenho firmado com a Prefeitura, contendo: nº do Contrato, o nome da empresa, o objeto, a especificação, e demais informações pertinentes.

Parágrafo Segundo – A Autorização de Fornecimento/execução e respectiva Nota de Empenho serão encaminhadas a Empresa Vencedora que deverá recebê-los e atender o quanto solicitado, no prazo estabelecido no edital.

Parágrafo Terceiro - Se a empresa qualificada em primeiro lugar recusar-se a assinar o contrato, poderão ser convocadas as demais classificadas na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

Parágrafo Quarto – O fornecimento deverá seguir o termo de referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Aplica-se à disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da execução do contrato o previsto no Título IV, Capítulo I, da Lei nº 14.133/202

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

As infrações penais tipificadas na Lei 14.133/21 e alterações posteriores serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

A extinção do Contrato será regulamentada pelos Arts. 137, 138 e 139, seus parágrafos e incisos da Lei nº 14.133/2021**.**

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ao presente contrato;
II. Integra este termo contratual, o Edital Licitatório de Pregão Eletrônico 33/2026 e seus anexos;
III. É vedado caucionar ou utilizar ao presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura;

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de Laguna/SC.
E por estarem, assim, justas e detentoras, as partes assinam a presente, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Laguna, xx de xxxxx de 2026.

Peterson Crippa da Silva — **Contratada**
Prefeito

Gustavo Henrique
OAB 19.478
Procurador de Licitações e Contratos